

FORMAÇÃO DO PEDAGOGO E A PEDAGOGIA SOCIAL NO CENÁRIO DA EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL

*Fernando Guimarães Oliveira da Silva (G-UFMS)*¹
*Janaina Machado (G-UFMS)*²

Resumo

Este trabalho resulta de pesquisa executada no âmbito do Curso de Pedagogia na UFMS que elegeu a formação do pedagogo para a atuação em projetos de educação não-formal (Pedagogia Social). Usando a metodologia da pesquisa bibliográfica sobre a formação de pedagogo discutimos neste trabalho a aplicação dos conhecimentos pedagógicos nas ações comunitárias de incentivo social por meio da construção de ações sócio-educativas de proteção e enfrentamento das situações de vulnerabilidade social, mas precisamente em casos de abuso sexual infantil. Os resultados apontam para a contribuição do pedagogo no desenvolvimento dos projetos para o enfrentamento da questão tematizada e destacamos que a formação do pedagogo precisa contemplar esta possibilidade de aprofundamento ainda dentro de sua formação inicial. Como resultado principal a percepção de que os pedagogos atuantes em espaços educativos não-formais também tem um papel primordial na proteção especial de crianças contra o abuso sexual. Conclui-se que a formação do pedagogo deve se dar para além do contexto escolar diante da necessidade deste profissional nas áreas de assistência social e educação em saúde.

Palavras-chave: Formação de Pedagogo. Educação Social. Pedagogo não-docente.

1. Introdução

A formação do pedagogo hoje segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia, firma-se numa prática essencialmente formal, na qual suas rotinas laborativas são inteiramente ligadas ao contexto escolar, privilegiando-se a formação para a docência, entretanto o trabalho do pedagogo é requerido em diferentes áreas das atividades laborais onde são necessários conhecimentos pedagógicos (saúde, assistência social, etc) como orientação, coordenação, gestão de processos formativos, enfim ações próprias do trabalho pedagógico.

Conforme previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Pedagogia, licenciatura, no artigo nº 2 da Resolução CNE/CP Nº1, que institui:

As Diretrizes Curriculares para o curso de Pedagogia aplicam-se à formação inicial para o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos. (BRASIL, 2006 p. 1).

Pode-se depreender que o Curso, elege a formação para a docência como núcleo central, entretanto, não deixa de apontar a formação do pedagogo para atuação em outros espaços laborais, dentre os quais destacamos o que vem se convencendo chamar de Pedagogia Social que:

¹ Graduando em Pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus Três Lagoas.

² Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus Três Lagoas, bolsista de bolsa permanência PREAE/UFMS 2009, sob tutoria da Profª Drª Anecy de Fátima Faustino Almeida.

An. Sciencult	Paranaíba	v. 2	n. 1	p. 172-179	2010
---------------	-----------	------	------	------------	------

[...] surgiu da necessidade de cuidado social em ações de intervenção e prevenção, advindas principalmente, do final da primeira guerra com os “desvalidos”, na Europa. Um contexto avesso às necessidades dos órfãos, doentes, dependentes químicos, infância, idosos e situações de risco. Tais fatos corroboraram para que a Pedagogia Social se firmasse como ciência e disciplina. (GOMES, 2009, p. 6).

Como explicitado acima a pedagogia social é um campo de estudos pouco conhecido e discutido no Brasil, sendo praticada indiretamente, tendo fortes contribuições nos países europeus, quando no final da primeira guerra mundial, estes precisavam de ações e intervenções de prevenção e cuidado social, sendo utilizados conceitos distintos para esta prática de acordo com o país.

Assim, recorremos a Machado (2008), quando ressalta aspectos dos espaços onde são desenvolvidas as práticas de pedagogia social:

Assim, têm sido considerados, como objetos da Pedagogia Social, dois campos distintos: o primeiro referente à socialização do indivíduo, socialização compreendida como ciência pedagógica da educação social do indivíduo, que pode ser desenvolvida por pais, professores e família; o segundo relacionado ao trabalho social, com enfoque pedagógico, direcionado ao atendimento a necessidades humanas sociais, desenvolvido por equipe multidisciplinar da qual participa o Educador Social, como profissional da Pedagogia Social (2008, p. 7).

Com isso levando em consideração a atuação do pedagogo no âmbito social, o trabalho desenvolvido pelos mesmos tem caráter de construção de ações direcionadas para um público considerado vulnerável na qual são criadas intervenções com um sentido de incluir socialmente as famílias, idosos, crianças enfim para o público alvo das políticas com as quais serão trabalhadas por este profissional, sendo orientadas nos contextos sociais não-formais.

Nesse sentido, recorremos a Gohn (2001 apud MOURA; ZUCHETTI, 2006) para uma definição desta prática que:

[...] aborda processos educativos que ocorrem fora das escolas, em processos educativos da sociedade civil, ao redor de ações coletivas do chamado terceiro setor da sociedade, abrangendo movimentos sociais, organizações não governamentais e outras entidades sem fins lucrativos que atuam na área [...]. (p. 230).

Conforme explicitado acima o trabalho do pedagogo não é exclusivamente pertencente aos muros das escolas ou relações construídas em torno desse gênero, mas o trabalho do pedagogo rompe com a formação essencialmente atuante em escolas para a construção de um perfil profissional com múltiplas atuações e práticas, mas sem fugir do foco desta pesquisa, será levada em consideração a prática do pedagogo atuante apenas na orientação, supervisão, coordenação de projetos sociais, mais precisamente enquanto educador social.

Assim quando falamos nestes espaços educativos não formais geralmente nos prendemos a questão dos resultados obtidos e alcançados com a implantação dos serviços de proteção social oferecidos pelos programas sociais complementares da educação, sendo as aprendizagens ali construídas instrumentos de reeducação social, desenvolvidas sob a orientação de um educador social com a formação em pedagogia, na qual sua função não necessariamente esta vinculada ao espaço formal como explicitado acima conforme as DCN. (BRASIL, op.cit.).

A discussão aqui levantada contribui para a discussão sobre a formação do pedagogo, elegendo-se a pedagogia social, com uma prática direcionada para o suporte e o desenvolvimento de programas e projetos de educação social enquanto complemento da

An. Sciencult	Paranaíba	v. 2	n. 1	p. 172-179	2010
---------------	-----------	------	------	------------	------

educação formal. Destacamos que não queremos aqui adotar uma postura contrária à educação formal pelo contrário, mas sim contribuir no aspecto pedagógico de uma maneira social e não tão somente formal.

Sobre a atuação dos pedagogos em espaços não-formais, concordamos com os objetivos básicos apontados por Moura; Zuchetti:

Em geral, trata-se de propostas engajadas (ao menos discursivamente) em projetos de transformação social que, geralmente, desenvolvem-se no âmbito do que se convencionou chamar uma educação social. Com efeito, a matriz teórico-prática da 'educação social' parece estar alicerçada nas inúmeras experiências de educação popular latino-americanas, principalmente, ocorridas nos anos 1960 e 1970. No entanto, na medida em que estão voltadas para mudanças objetivas no campo social, essas propostas também vão sofrendo alterações ao longo do tempo. (2006, p. 231-232).

Isto posto, parece-nos que o objetivo da ação do pedagogo do contexto não formal orienta-se para um horizonte futuro que implique, no presente, em um projeto de transformação e renovação social.

O Pedagogo precisa então desenvolver uma postura crítica e bem fundamentada em relação à realidade sócio-histórica e econômica em que vivemos em função de suas propostas e estratégias ter como ponto de partida uma expressão da questão social.

Isto posto, percebemos o delineamento do campo da pedagogia social por meio do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Seção V Dos Projetos de Enfretamento da Pobreza, no artigo 26 aponta para o fato de que *“O incentivo a projetos de enfrentamento da pobreza assenta-se-á em mecanismos de articulação e de participação de diferentes áreas governamentais, e em sistemas de cooperação entre organismos governamentais, não governamentais e da sociedade civil.”* (BRASIL, 2006, p. 112).

Embasada neste artigo da LOAS, nota-se que a atuação profissional do educador social nos projetos de enfrentamento a pobreza é indispensável para promoção qualitativa dos mesmos, quer seja no direcionamento de ações sócio-educativas como também na orientação adequada para rotina e demais procedimentos destas ações.

Esta discussão levantada em torno das possibilidades de inserção profissional do pedagogo tendo como ponto de partida principal a sua inserção em projetos sociais de enfrentamento a pobreza, mais precisamente a atuação profissional no terceiro setor e Ongs, visa contribuir para uma visão mais ampla da formação e também do desenvolvimento profissional do pedagogo, como também difundir um campo de atuação importante, novo para a atuação profissional dos pedagogos no Brasil.

A importância deste tema deve ser encarado com mais rigor em função de vivermos num contexto de grandes mudanças e novas manifestações de expressão da questão social, tanto do aspecto social como econômico, financeiro, cultural, na qual gera uma onda de desigualdades sociais, visto que decorrentes da carência do contato das pessoas financeiramente vulneráveis com o mínimo proporcionado para vivência em comunidade, sendo a prática da pedagogia social uma resposta para suprir estas demandas.

Neste cenário cabe recorrer a Ghiraldelli (1996) quando destaca que:

O neoliberalismo torna-se a ideologia dominante numa época em que os E.U.A detêm a hegemonia exclusiva do planeta. É uma ideologia que procura responder à crise do Estado nacional, ocasionada pelo processo de globalização, isto é, o processo de interligação crescente das economias das nações industrializadas por meio do comércio e das novas tecnologias. (1996, p. 42).

An. Sciencult	Paranaíba	v. 2	n. 1	p. 172-179	2010
---------------	-----------	------	------	------------	------

Diante disso, o objetivo deste trabalho conforme demonstrado no histórico do início e importância das práticas de pedagogia social, é ao mesmo tempo contribuir para difusão de um novo campo de atuação profissional, assim como também destacar a atuação profissional neste novo campo por meio da ênfase do trato com a questão do abuso sexual em crianças.

2. Discussões preliminares sobre o papel do pedagogo na detecção de consequências cognitivas, emocionais e sociais do abuso sexual infantil

Que o abuso sexual em crianças tem um impacto mórbido na vítima é algo inquestionável, bem como, que a afeta em vários aspectos, tais como: orgânico/sexual, psicológico/emocional, cognitivo, e social. Para Berliner (1995 apud PFEIFFER; SALVAGNI, 2005), os efeitos psicológicos do abuso sexual podem ser devastadores e os problemas decorrentes do abuso sexual persistem na vida adulta dessas crianças.

Ilustrando esta idéia obteve-se de Browne e Finkelhor (1986 apud PFEIFFER; SALVAGNI, 2005), em pesquisa sobre os efeitos do abuso sexual em meninas que as principais reações das vítimas são: medo, depressão, raiva, ansiedade, comportamento sexual inapropriado. E as mulheres adultas, sexualmente abusadas na infância, apresentam depressão, baixa auto-estima, tendência à revitimização e abuso de substância.

O impacto psicológico/emocional pode ser mais grave quando houve o abuso sexual dentro da família. Muitas crianças sentem-se incapazes de confiar em si mesma, quanto mais em outras pessoas (SANDERSON, 2005).

Tornam-se confusas sobre como se sentir, se devem ouvir a mágoa e a dor internas ou se devem ‘curtir’ o abuso porque é isso que o abusador deseja. Essa confusão pode ter grandes efeitos danosos sobre a criança tanto a curto quanto a longo prazo. Dúvida e incerteza, medo e embaraço, culpa e vergonha são coisas que impedem a criança de ir em busca daqueles que poderiam protegê-la. (...) A solidão e o isolamento reforçam o terror, tornando-a mais dependente do abusador. A criança se sente em uma armadilha sem escapatória, condenada a suportar o ASC até ser grande o suficiente para escapar (2005, p. 169-170).

Assim, Sanderson (1995 apud SANDERSON, 2005) afirma que os abusadores relataram que abusaram sexualmente de crianças com menos de três anos de idade por não apresentarem um entendimento cognitivo.

[...] elas são muito pequenas para entender [...] elas são muito pequenas para lembrar [...] elas são muito pequenas e ingênuas, e, dessa forma, não reconhecem que esse é um comportamento inapropriado [...] elas podem ser manipuladas para acreditar que esse é um relacionamento muito ‘especial’ e a atividade sexual é normal. (p. 172).

Sendo assim, Sanderson (2005), conclui que o impacto do relacionamento entre a criança e o abusador não é claro. Mas quanto mais próximo for a relação da criança com o abusador, mais a criança se sentirá traída.

As consequências cognitivas, emocionais e sociais de crianças que sofreram abuso sexual, são relatadas por Borges (2007), que se apóia em vários autores:

Pesquisas apontam uma variedade de consequências emocionais, comportamentais, sociais e cognitivas associadas à ocorrência de [Abuso Sexual Infantil] ASI (Briere & Elliot, 2003; Kendall-Tackett, Williams, & Finkelhor, 1993; Tyler, 2002). Crianças vítimas de ASI podem apresentar sentimentos de culpa, dificuldade em confiar no outro, comportamento hipersexualizado, medos, pesadelos, isolamento, sentimentos de desamparo e ódio, fugas de casa, baixa auto-estima, sintomas somáticos, agressividade, entre outros sintomas (Amazarray & Koller, 1998; Kendall-Tackett et

An. Sciencult	Paranaíba	v. 2	n. 1	p. 172-179	2010
---------------	-----------	------	------	------------	------

al.; Nurcombe, 2000; Tyler). Transtornos psicológicos, como Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT), Depressão, Ansiedade, Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), transtorno de Conduta, Transtorno de Abuso de Substâncias têm sido associados à ocorrência de abuso sexual na infância (Ackerman et al., 1998; Lynskey & Fergusson, 1997; MacMillan et al., 2001; Paolucci, Genuis, & Violato, 2001). (2007, p. 13-14).

Furniss (1993) e Knustson (1995 apud AMAZARRAY; KOLLER, 1998), citam alguns fatores que agravam o dano psicológico causado pelo abuso sexual: A duração do abuso sugere que uma maior duração produz conseqüências mais negativas; com relação à diferença de idade entre a pessoa que cometeu o abuso e a vítima, quanto maior for a diferença, mais grave são as conseqüência e quando há uma ausência de figuras parentais protetoras e de apoio social, o dano psicológico é agravado.

Como figura de apoio social o pedagogo tem um papel primordial já que no seu exercício profissional na maioria das vezes passa mais tempo com as crianças do que qualquer outra pessoa da família.

Em média, os professores passam mais tempo com crianças do que quaisquer outros adultos, até mesmo os pais. Isso os coloca em uma posição única para conhecer a criança e acompanhar suas mudanças de comportamento. Se tiverem um conhecimento correto sobre o ASC, eles poderão ser essenciais para a identificação de crianças que eventualmente estejam sofrendo o abuso, proporcionando-lhes um ambiente seguro no qual a criança tenha condições de revelá-lo. Além disso, escolas e professores podem desempenhar um papel central na educação de crianças a respeito dos perigos do ASC e de como podem se proteger da melhor forma. (FURNISS E KNUSTSON, 1995 apud AMAZARRAY; KOLLER, 1998, p. 280).

Na visão de Sanderson (2005), o conhecimento sobre o abuso sexual em crianças é essencial para que pedagogos possam aumentar seu entendimento. Só quando estiverem munidos de conhecimento e conscientização, que os pedagogos poderão se sentir preparados para proteger a criança: *“É inegável que, para proteger as crianças, os pais e os professores necessitam ter acesso a informações corretas que separem os fatos da ficção sobre a natureza do ASC”*. (p.252).

Para manter as crianças seguras e protegê-las, é de extrema importância que, professores invistam em conhecimento e lhes proporcionem um relacionamento aberto e de confiança, a fim de que possam se comunicar de maneira eficiente. (2005, p. 252).

Por esta razão, é fundamental que os profissionais que têm contato diário e próximo com crianças estejam atentos para este grave problema social e possam trabalhar no sentido de preveni-lo e identificá-lo e, também caso haja alguma suspeita saibam tomar medidas cabíveis (BRASIL, 2006).

Após identificar o abuso sexual em crianças o professor deve denunciar, pois se não o fizer poderá ser punido na forma da lei conforme estabelece o artigo 245 do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA):

Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra crianças ou adolescente:
Pena - multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência. (BRASIL, 2005, p.70).

An. Sciencult	Paranaíba	v. 2	n. 1	p. 172-179	2010
---------------	-----------	------	------	------------	------

Quando a criança é abusada sexualmente, o artigo 130 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), define que: “*Verificada a hipótese de maus tratos, opressão ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsável, a autoridade judiciária poderá determinar, como medida cautelar, o afastamento do agressor da moradia*”. (ibid., p. 47), ou seja, para o caso de abuso sexual cujo agressor é o próprio pai, o procedimento que ocorre é o seu afastamento da casa, ou a criança vitimada é levada para fora de sua moradia em algum lugar de proteção. Assim, depois do fato confirmado entre vítima e agressor, nenhum dos dois é mantido no mesmo lar.

Na visão de Sanderson (2005) a respeito do abuso sexual na formação de professores:

[...] é fundamentalmente importante que todos os professores sejam treinados de maneira adequada quanto a um entendimento do ASC [...] Só tendo um adequado entendimento da criança sexualmente abusada é que professores podem ter esperanças de identificar as crianças que correm risco ou as que estão sendo abusadas. (2005, p. 281).

Os pedagogos têm um papel muito importante na identificação do abuso sexual, pois tem mais chances de conhecer melhor essas crianças e serem os primeiros a notar mudanças de comportamento referente a tal processo.

Na maioria dos casos de ASC são diversas as mudanças de comportamento das crianças que poderão ser observadas pelo pedagogos. Na visão de Sanderson (2005), a falta de concentração é mais evidente na sala de aula:

Uma criança que está sempre preocupada, com medo, terror, confusão ou antecipa o próximo acesso sexual não vai conseguir prestar atenção no que se espera que aprenda na escola. Essas crianças se comportam como se estivessem em um mundo de sonho e parecem aéreas na classe, quase rudes em suas respostas. (2005, p. 220).

Fica claro que o abuso sexual além de trazer vários problemas emocionais, psicológicos, etc., traz também a falta de concentração na vida escolar dessa criança, apresentando um desempenho insuficiente na escola. Sanderson (2005) alerta, contudo para rendimento escolar oposto a este em crianças vítimas do abuso sexual:

[...] algumas crianças podem se sobressair na escola, pelo fato de ser esse o único lugar seguro para elas. Essas crianças sempre chegam cedo e são as últimas a sair, já que a escola é como um refúgio do abuso sexual que ela vivencia fora dali. A criança pode evitar voltar para casa se isso estiver associado a ser sexualmente abusada (2005, p. 220-221).

Outro indício de abuso é o comportamento sexual inadequado que inclui brinqueado sexualizado com bonecas, masturbação excessiva e em público, comportamento sedutor, e conhecimento sexual inapropriado para a idade (FILKELHOR; KENDALL-TACKETT; WILLIAMS,1993 apud AMAZARRAY; KOLLER, 1998).

Para garantir a segurança da criança vários fatores devem ser considerados, conforme estabelece Sanderson (2005):

Primeiro, pais e professores precisam ser muito cautelosos quando confiarem a criança aos cuidados de um outro adulto, não importa quão “conhecido” ele seja, especialmente se isso inclui contato não supervisionado. Segundo, pais e professores precisam proporcionar à criança orientação sobre como poderá estar segura na comunidade e atenta a potenciais perigos. Terceiro, é importante proporcionar o ambiente correto no qual a criança possa conversar sobre quaisquer interesse ou

An. Sciencult	Paranaíba	v. 2	n. 1	p. 172-179	2010
---------------	-----------	------	------	------------	------

dúvida que venha a ter. (2005, p. 262).

Porém, pais e pedagogos precisam estar conscientes de que podem ensinar de várias maneiras, as crianças sobre o perigo do abuso sexual em crianças e do aliciamento, sem descrever detalhes sexuais. Embora tais orientações não garantam que essas crianças nunca correrão risco, mas asseguram que crianças tenham acesso ao conhecimento e às informações referente ao abuso sexual, que podem minimizar os riscos. (SANDERSON, 2005).

Considerações Finais

Os resultados apontam para a contribuição do pedagogo no desenvolvimento dos projetos para o enfrentamento da questão tematizada e destacamos que a formação do pedagogo precisa contemplar esta possibilidade de aprofundamento ainda dentro de sua formação inicial. Como resultado principal a percepção de que os pedagogos atuantes em espaços educativos não-formais também têm um papel primordial na proteção especial de crianças contra o abuso sexual, o que também demanda a necessidade de formação contínua para estes profissionais com esta temática. Conclui-se que a formação do pedagogo deve se dar para além do contexto escolar diante da necessidade deste profissional nas áreas de assistência social e educação em saúde.

Dentre as inúmeras conseqüências graves e muitas vezes permanentes na vida da criança abusada sexualmente estão: perda da confiança nas pessoas, comportamento hipersexualizado, pavor, baixa auto-estima, doenças orgânicas, depressão, ansiedade, hiperatividade, transtornos: de atenção, de conduta e de abuso de substâncias.

Mudanças de comportamento na criança abusada sexualmente poderão ser observadas, sendo o pedagogo um ator social privilegiado no processo de observação, detecção, identificação e denúncia dos casos. Isto se deve ao fato do pedagogo conviver diariamente com a criança e durante um período de tempo que muitas vezes é maior do que o convívio familiar.

No entanto, falta ao pedagogo e para maioria das pessoas conhecimento e segurança suficientes para detecção e para a denúncia aos órgãos competentes dos casos de abuso sexual infantil.

Referências

AMAZARRAY, Mayte Raya; KOLLER, Silvia Helena. Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual. *Psicologia, Reflexão e Crítica*. [online]. vol.11, n.3, pp. 559-578. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010279721998000300014&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 16 jun. 2009.

BORGES, Jeane Lessinger. *Abuso sexual infantil: conseqüências cognitivas e emocionais*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/10807/000601985.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 21 jun. 2009.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). *Estatuto da criança e do adolescente: disposições constitucionais pertinentes: lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. 6. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2005.

An. Sciencult	Paranaíba	v. 2	n. 1	p. 172-179	2010
---------------	-----------	------	------	------------	------

_____. *Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em pedagogia, licenciatura*. Resolução CNE/CP 1/2006. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 maio. 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf>. Acesso em: 21 set. 2009.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. *Saúde e prevenção nas escolas: guia para a formação de profissionais de saúde e de educação* / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

GHIRALDELLI, Paulo Jr. Pedagogia e infância em tempos neoliberais. In: GHIRALDELLI (Org). *Infância, educação e neoliberalismo*. São Paulo: Cortez, 1996. (Coleção questões da nossa época).

GOMES, Alessandra de Fátima Borges. *A Pedagogia Social na Educação Infantil: Possibilidades de trabalho com a comunidade*. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/modules/mydownloads_01/viewcat.php?cid=89&min=40&orderby=hitsD&show=5&PHPSESSID=6a0181efc49e79f58bcf883287e09f>. Acessado em: 13 mai. 2009.

MOURA, Eliana; ZUCHETI, Dinora Tereza. Explorando outros cenários: educação não escolar e pedagogia social. *Educação Unisinos*, Novo Hamburgo, V. 10, N°3, p. 228-236. 2006. Disponível em: <http://www.unisinos.br/publicacoes_cientificas/images/stories/pdfs_educacao/vol10n3/art07_moura.pdf?>. Acesso em: 10 set. 2009.

PFEIFFER, Luci; SALVAGNI, Edila Pizzato. Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência. *Jornal de Pediatria*. Porto alegre. - Vol. 81, N°5(supl), p.197-204. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/jped/v81n5s0/v81n5Sa10.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2009.

SANDERSON, Christiane. *Abuso Sexual em Crianças*. São Paulo: M.Books do Brasil, 2005.

An. Sciencult	Paranaíba	v. 2	n. 1	p. 172-179	2010
---------------	-----------	------	------	------------	------